

MINHA CASA, MINHA SINA

REPORTAGEM

LUÁ MARINATTO E RAFAEL SOARES

EDIÇÃO

GIAMPAOLO MORGADO BRAGA

ARTE

FELIPE NADAES

DESIGN

WILLIAM BATISTA

VAI CHEGAR VISITA: É A POLÍCIA FEDERAL

Ministro da Justiça quer a PF investigando e fazendo blitz no 'Minha casa, minha vida'

A Polícia Federal fará uma blitz nos condomínios do programa "Minha casa, minha vida" no Rio sob a influência do tráfico de drogas. A medida foi anunciada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, após o EXTRA revelar que todos os 64 conjuntos da faixa 1 na cidade são alvo do crime organizado.

Em entrevista exclusiva na sala de reuniões do Palácio da Justiça, em Brasília, o ministro classificou como "inaceitável" a expulsão de 80 famílias por traficantes do conjunto Haroldo de Andrade, em Barros Filho, revelada ontem no primeiro capítulo da série de reportagens "Minha casa, minha sina". Para frear o avanço do crime sobre os moradores, Cardozo determinou que a PF abra inqu-

ritos a partir de cópias das reportagens do EXTRA.

O ministro também anunciou a convocação de uma reunião com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, e a presidente da Caixa, Miriam Belchior. A ideia é criar uma força-tarefa com integrantes dos governos

federal e estadual, para tratar problemas de segurança nos condomínios e discutir soluções para as famílias expulsas. O encontro acontecerá hoje, às 18h.

— Não podemos tolerar que o crime organizado aja dessa forma escancarada. Uma ação dos governos federal e estadual vai, num curto espaço de tempo, estudar providências cabíveis e reverter esse quadro — promete Cardozo.

NÃO PODEMOS TOLERAR QUE O CRIME AJA DESTA FORMA

'Temos que resolver o problema das famílias'

ENTREVISTA

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro da Justiça

O Ministério da Justiça vai reagir contra a presença do crime organizado no "Minha casa, minha vida"?

Esses fatos mostrados pelo EXTRA são absolutamente intoleráveis e inaceitáveis. De acordo com nossa legislação, delitos cometidos por milicianos competem à Polícia Civil do Rio. A PF pode apoiar as investigações. Já no que diz respeito ao narcotráfico, esse material tem que ser analisado para que a PF, no âmbito de sua competência, tome as providências para atacar de frente essa situação. Todo o material coletado pela reportagem será encaminhado à Polícia Federal e à Secretaria de Segurança do Rio para que as ações policiais sejam intensificadas.

O governo pretende dar uma resposta às famílias que ficam sem teto?

Essa situação envolve a atividade policial, mas não é só policial. Temos que estar com os outros órgãos responsáveis pelo programa, o Ministério das Cidades, a Caixa e o governo do Rio, cuidando de resolver o problema das famílias que

estão sendo vítimas da realidade.

Há um intercâmbio de informações entre os governos federal e estadual? Os dois podem trabalhar juntos? Embora a competência para a investigação desse delito seja, primariamente, da Secretaria de Segurança do Rio, o governo federal montou uma força-tarefa com o governo do estado para combater o problema, que existe, apesar de várias investigações em curso. Porém, a situação está longe de ser revertida. Em conjunto com o Estado do Rio, nós vamos intensificar as medidas, inclusive fazendo as prisões que devem ser feitas para que essa realidade não se perpetue.

O que o senhor vai propor ao secretário Beltrame? É fundamental que os responsáveis por essa força-tarefa se reúnam com os ministros responsáveis e com as autoridades do governo do Estado do Rio para fazer uma avaliação de tudo o que está sendo feito. Se o Estado brasileiro até agora não conseguiu reverter o quadro, tem o dever perante a população de somar maiores forças e maior empenho para que ele seja rapidamente debelado.



José Eduardo Cardozo: "Não podemos tolerar que o crime organizado aja dessa forma escancarada"

RADIOGRAFIA DOS CONJUNTOS

- Disque-Denúncia
- Inquéritos concluídos ou em andamento
- Ocorrência de operação policial no interior do condomínio
- Registros de ocorrência
- Relatos de moradores ouvidos pelo EXTRA



É NECESSÁRIO QUE O PROGRAMA VOLTE A SER DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

José Eduardo Cardozo
Ministro da Justiça

Fuga da milícia para não ter a casa incendiada

Silvio* ainda guarda a escritura do apartamento no condomínio Terni, em Campo Grande, adquirido por intermédio do "Minha casa, minha vida" em novembro de 2010. O documento, porém, não foi suficiente para assegurar seu direito à moradia. Em meados de 2014, após mais de dois anos de perseguição e ameaças por parte de milicianos, ele, a mulher e os dois filhos abandonaram de vez o conjunto.

— Decidimos ir embora quando quatro homens armados, de capuz, bateram na nossa porta. Falaram que se não saíssemos ateariam fogo na casa com todos dentro. Só levamos o que deu — conta.

Funcionário de um órgão estatal, Silvio acredita que essa posição chamou para si a atenção do grupo paramilitar. A fuga evitou que ele repetisse o destino de vários beneficiados pelo programa que ousaram desafiar a milícia. A Operação Tentáculos, desencadeada no Terni e em outros cinco condomínios da região, em agosto do ano passado, revelou que a execução de moradores — assim como as expulsões — era prática comum.

Uma lesão no quadril obriga Silvio a andar de muleta. A mulher tem acompanhamento psiquiátrico e usa remédios controlados, num quadro agravado pela tensão a que a família foi submetida. Os R\$ 400 mensais pagos de aluguel fazem falta também nos tratamentos médicos.

— Estamos desamparados.

'Acreditei que seria um sonho. Virou pesadelo'

DEPOIMENTO

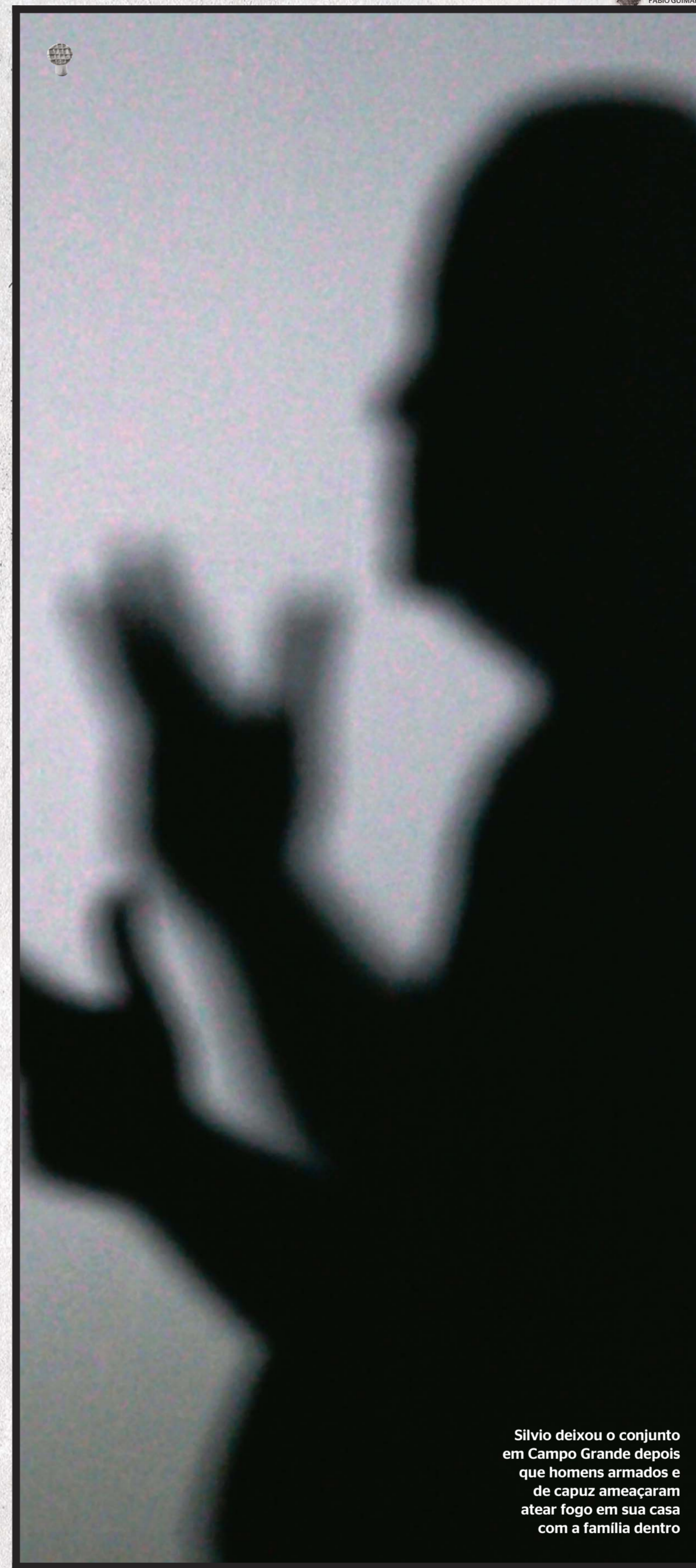
SILVIO
Morador expulso do condomínio Terni

Tudo começou por eu não ser conivente com eles. Ao saberem do meu trabalho, passaram a pressionar ainda mais. Por sorte, tinham receio de que matar alguém minimamente ligado ao poder público repercutisse. Meu maior objetivo, hoje, é pedir uma nova casa... Mas não foi só comigo. Centenas de pessoas têm a mesma história. Acreditei que seria um sonho. Virou o meu maior pesadelo.

*NOME FICTÍCIO

"DEVERIA HAVER UM COMPROMISSO COM AQUELAS PESSOAS QUE ESTÃO ALI"

Silvio
Morador expulso do condomínio Terni



Silvio deixou o conjunto em Campo Grande depois que homens armados e de capuz ameaçaram atear fogo em sua casa com a família dentro

Funcionária foi expulsa por traficantes

A presença do crime não ameaça só moradores. Mesmo uma assistente social que atuava até meados de 2013 no Residencial Mangueira I, junto à favela homônima, na Zona Norte, teve de deixar o local e o trabalho após ameaças de traficantes. Ela era funcionária de uma empresa que presta serviço à Secretaria municipal de Habitação (SMH).

O EXTRA ouviu duas testemunhas oculares da expulsão. Segundo elas, a mulher, que preferiu não dar entrevista, foi abordada por um grupo de cinco bandidos armados com pistolas dentro do salão de festas do conjunto — onde costumava conversar com moradores para resolver problemas de convivência. "Você pensa que é liderança daqui? A liderança somos nós", afirmou um dos criminosos, mostrando a pistola sob a camisa.

A mulher saiu chorando pela porta da frente do condomínio e foi levada por funcionários da SMH à sede da prefeitura, na Cidade Nova. Após o ocorrido, ela passou a trabalhar em conjuntos de Senador Camará, na Zona Oeste, e Triagem, na Zona Norte, antes de deixar o emprego. Procurada, a SMH afirmou que "não há registro do fato na secretaria".

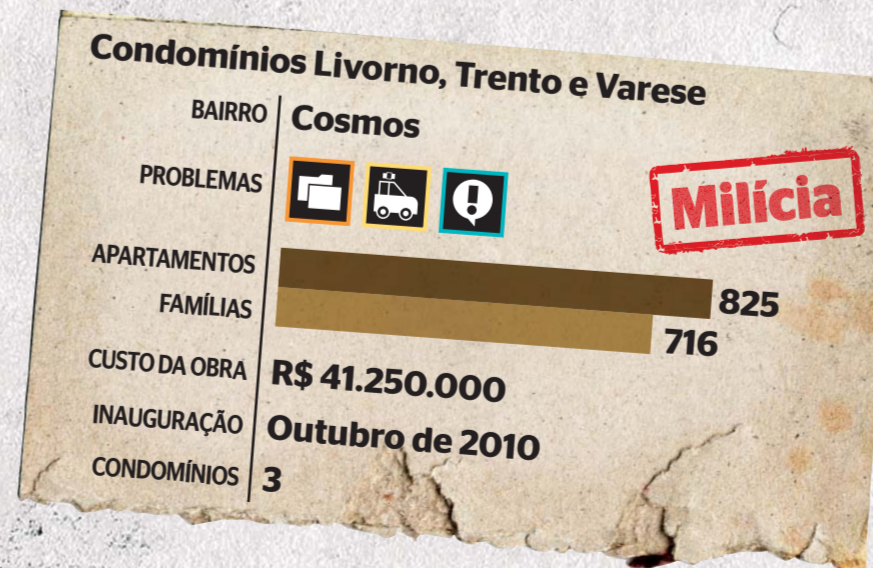
TAXA 'OFICIAL'

NO CONDOMÍNIO TERNI
As taxas cobradas pela milícia tinham até recebido. Parte deles, Silvio guarda até hoje. No início de 2012, eram R\$ 15 por morador; um ano depois, o valor subiu para R\$ 25. Quem não pagava era coagido, torturado, expulso ou morto.

OPERAÇÃO TENTÁCULOS
Em agosto de 2014, a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) prendeu 21 milicianos que atuavam nos conjuntos Terni, Treviso e Ferrara, Livorno, Trento e Varese, em Campo Grande e Cosmos.

DENÚNCIAS
O coordenador do Disque-Denúncia (2253-1177), Zeca Borges, afirmou ontem que vai passar a monitorar denúncias sobre crimes dentro dos conjuntos e vai preparar relatórios periódicos para as autoridades de segurança.

AMANHÃ
A milícia e o tráfico coordenam até reuniões de condomínio.



Fontes: Caixa Econômica Federal, Disque-Denúncia, Ministério das Cidades, Ministério Público do Rio, Polícia Civil e Secretaria municipal de Habitação